

ANEXO II

LISTAGEM DE DOCUMENTOS PESSOA JURÍDICA – MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	
1.	RG e CPF ou outro documento do(a) que contenha os números de RG e CPF
2.	Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).
3.	Comprovante de endereço com data de emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias antecedentes à inscrição . Serão aceitos os seguintes documentos: 1 - Contas de água, energia elétrica, telefone fixo ou móvel; 2 - Correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas municipais, estaduais ou federal; 3 - Correspondência de entidades bancárias, públicas ou privadas ou administradoras de cartão de crédito.
4.	Comprovante de conta corrente da Pessoa Jurídica (cópia do cabeçalho do extrato ou do cartão bancário). Conta poupança somente se for da Caixa Econômica Federal.
5.	Cartão do CNPJ atualizado, emitido no ano vigente, com data anterior à data de inscrição, que poderá ser emitida no site: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp
6.	Certidão Negativa de Débito Federal (Dívida Ativa da União), que poderá ser emitida no site https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/emitir
7.	Certidão de Regularidade do FGTS, que poderá ser emitida no site: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
8.	Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual.
9.	Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual.
10.	Certidão Negativa de Débito Municipal.
11.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que poderá ser emitida no site: http://www.tst.jus.br/certidao1
12.	Declaração que não emprega menor.
13.	Comprovação de formação na área LIBRAS e AUDIODESCRIÇÃO - DE ACORDO COM O SUBITEM 3.2 DO EDITAL
14.	Comprovação do exercício de atividades, por, no mínimo, 06 (seis) meses: Certificados de menção honrosa, participações em concursos, matérias de jornais e de sites, impressos, revistas, cartazes, arquivos de vídeos, livros, folders, recortes de jornal, folhetos, material audiovisual, clipping, alvarás ou declarações de Prefeituras ou de órgãos públicos, entidades, associações comunitárias ou culturais, entre outros documentos específicos.

Observações:

As pessoas jurídicas deverão estar regularizadas no Cadastro de Fornecedores (CADFOR) do Governo de Pernambuco. Para tanto, informações poderão ser obtidas através dos telefones (81) 3183-7862 / 3183-7910 / 3183-7911 e no link www.portais.pe.gov.br/web/seadm/no-cadfor

As pessoas jurídicas deverão estar cadastradas no Sistema PE Integrado através do link www.peintegrado.pe.gov.br/Empresa/CadastroExterno/ApresentacaoCadastro

As pessoas jurídicas devem realizar cadastro de Usuário Externo do SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Para se cadastrar, o usuário externo deverá realizar o pré-cadastro através do link abaixo:

https://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=59

Para fins de esclarecimento, o Usuário Externo do SEI será uma pessoa física ou pessoa jurídica que terá acesso a processos e documentos disponibilizados pela administração pública para serem assinados digitalmente (contratos, ordens de serviços etc.). Assim, o cadastro deverá ser realizado pela pessoa responsável pelas assinaturas.

Após o pré-cadastro no SEI - Sistema Eletrônico de Informações, o usuário receberá uma mensagem automática solicitando a entrega da documentação presencialmente na Fundarpe, devendo desconsiderar a mensagem, tendo em vista às orientações das autoridades sanitárias para contenção da pandemia da Covid-19.

A documentação a que se refere a mensagem é composta de: 1) Cópia de Comprovante de Residência; 2) Cópias de RG e CPF ou de outro documento de identidade no qual conste CPF; e 3) Declaração de Concordância e Veracidade, preenchida e assinada. Tal documentação deverá ser enviada para o e-mail cadastrosei@fundarpe.pe.gov.br

Após a efetivação da entrega da documentação, o usuário externo deverá aguardar nova mensagem informando sobre a habilitação do seu cadastro no SEI.

O usuário externo só terá acesso ao processo ou documento quando a administração pública solicitar uma assinatura digital, sendo condição para a formalização da contratação artística a assinatura do(a) “credor(a)” no contrato ou na ordem de serviço (OS).

ATENÇÃO:

A Fundarpe e/ou a Secult poderão, no processo da análise, solicitar documentos e/ou materiais complementares.

Recife, 29 de junho de 2022.